

# A inserção das Áreas de Literatura e Linguística (LL) na Política Científica Brasileira

Arquimedes Belo Paiva<sup>1</sup>   
Frederico Garcia Fernandes<sup>2</sup> 

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Campinas, SP, Brasil

<sup>2</sup>Universidade Estadual de Londrina, PR, Brasil

Email: abelo@unicamp.br; fredma@uel.br

## A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO ACADÊMICA EM LL PARA A ATUAÇÃO NA POLÍTICA CIENTÍFICA

**Arquimedes Belo Paiva (ABP):** Descreva, por favor, a sua trajetória acadêmica no campo de Literatura e Linguística (LL).

**Frederico Garcia Fernandes (FGF):** A minha trajetória, de um menino nascido e criado num bairro periférico de São Paulo, tem tudo a ver com a maneira como entendo a literatura e seu papel social. Fiz minha graduação no antigo Centro Universitário de Corumbá, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na década de 1990. Sou oriundo de escola pública de onde saíam muitos poucos alunos para as estaduais paulistas e para as federais. Nos anos 70, lembro de uma professora perguntar para minha turma de ensino fundamental o que iríamos fazer e minha resposta foi Filosofia na USP, a resposta da professora foi: “a USP não é para vocês da escola pública”. Talvez isso tenha sido o principal motivo para eu ter aplicado para uma universidade pública tão longe da minha casa. A mudança para Corumbá foi determinante para minhas pesquisas, pois de lá saíam os temas para meu mestrado e doutorado na área de Estudos Literários. Além disso, havia o choque cultural de uma cidade com apelo pantaneiro, com histórias orais e mitos completamente distintos da minha realidade de adolescente suburbano. Meu amadurecimento não se dava apenas pela idade, mas também pelas dificuldades de acesso à informação de um bolsista de iniciação científica

### COMO CITAR

PAIVA, Arquimedes Belo;  
FERNANDES, Frederico Garcia.  
A inserção das Áreas de  
Literatura e Linguística (LL) na  
Política Científica Brasileira.  
*Revista da Anpoll*,  
v. 56, e2039, 2025. doi:  
[https://doi.org/10.18309/  
ranpoll.v56.e2039](https://doi.org/10.18309/ranpoll.v56.e2039)

fazendo pesquisa em uma cidade isolada no Mato Grosso do Sul. O mestrado também era de difícil acesso, o que justificava o baixo número de docentes com mestrado e doutorado na região. Na década de 90, comecei a pesquisar os pantaneiros, gravar, transcrever e analisar suas narrativas orais, esse projeto de IC me levou à Unesp de Assis. Na Unesp, as condições de trabalho mudaram para melhor. Naquela época, a internet ainda não era popularizada e o acesso ao livro era pela biblioteca. Ter uma biblioteca como a da Unesp de Assis era o sonho de todo pesquisador de Literatura, seu acervo de obras raras era maravilhoso e chegavam livros e revistas semanalmente, o que me permitia ficar por dentro de teorias mais atuais. Defendi meu mestrado em 1998, com uma dissertação que recebeu menção honrosa no Prêmio Sílvio Romero e virou livro pela Edunesp. Já meu doutorado foi defendido em 2003 e foi agraciado com o segundo lugar na mesma premiação e com a publicação também pela Edunesp. Os temas nos dois concursos dos quais participei foram sobre as narrativas orais do Pantanal, o que me fez manter ainda um forte vínculo com Corumbá.

Em 1998, iniciei minha carreira de magistério no ensino superior junto à Universidade Estadual de Londrina, instituição na qual me efetivei em 2000. Sempre encarei o ensino, tanto na pós como na graduação, como um espaço para ampliar as discussões que venho pesquisando. Nesses 27 anos que mantenho vínculo com a UEL, vejo minhas atividades de ensino, pesquisa e extensão completamente entrelaçadas, pois além de a pesquisa contribuir para a atualização das disciplinas que ministro, meus projetos privilegiam atividades extensionistas, propondo um diálogo com a comunidade. Hoje produzo e apresento a Literatura Viva, uma coluna transmitida pela Rádio UEL FM e, em outros momentos, realizei eventos como o Estação Londrina, que promovia encontros em espaços fora da universidade sobre debates culturais. Além disso, há anos faço voluntariamente a curadoria do Londrix - Festival Literário de Londrina.

Em 2008, tive a oportunidade de fazer meu pós-doutorado e fui recebido na Brock University, no Canadá. Nesse primeiro estágio, pesquisei sobre cartografias poéticas, de maneira a sistematizar as pesquisas em poéticas orais, sobre o que tratam, o que estudam, como os pesquisadores promovem a interdisciplinaridade e com quais referenciais teóricos trabalham. A saída do Brasil também foi bastante importante para a minha carreira, pois pude participar de editais para vinda de professores visitantes, indicar alunos para o doutorado sanduíche e publicar no exterior. Meu primeiro pós-doutorado foi realizado sem apoio financeiro e foi muito difícil se manter fora do país recebendo em real e pagando em dólar, num momento em que eclodiu a crise financeira imobiliária americana.

Em 2014, voltei a repetir a experiência internacional com um estágio sênior junto à Universidade de Bolonha, na Itália, dessa vez com apoio da Fundação Araucária/Capes, o que permitiu investir mais na pesquisa, com deslocamentos, acesso a livros e a possibilidade de realizar registros filmicos. Nessa oportunidade, investiguei festivais literários e, como no Canadá, construí e fortaleci uma rede de contatos internacionais, com pessoas que mantenho vínculos até hoje. O resultado desse estágio foi a publicação de 3 livros: *As razões da Voz* (Eduel, 2015); *Polypoetry 30 years* (Eduel, 2018) e, mais recentemente, *Vociferazione* (Eduel, 2024).

Cabe destacar que essas duas experiências internacionais abriram outras frentes, como por exemplo, o convite para ser professor visitante junto à Minjiang University, na China, e assumir a diretoria científica da Associação Internacional de Lusitanistas (AIL).

**ABP:** E qual o seu histórico inicial de envolvimento com a política científica brasileira a partir do campo LL?

**FGF:** Meu envolvimento se deu quando comecei a participar dos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, a ANPOLL. A aproximação teve motivação acadêmica, pois a entidade possui um grupo de trabalho em literatura oral e popular, que é o tema de minhas pesquisas desde a graduação. Os encontros eram muito profícuos da perspectiva do aprofundamento teórico-crítico, mas logo entendemos que não se faz ciência sem recursos financeiros e humanos e para conseguí-los precisamos de representatividade. Destaco dois ganhos que tive com essa Associação: a do crescimento intelectual por meio do aprofundamento no debate de questões essenciais para relacionar a pesquisa literária em sua dimensão sociopolítica e a elaboração de estratégias de políticas científicas da área que eram votadas nas assembleias, ao final dos encontros. O crescimento de uma área é fomentado principalmente pelo seu reconhecimento nas instâncias constituidoras do sistema público de pesquisa. Quando comecei a participar da ANPOLL, entendi que havia uma complexa rede de negociações e de disputa de poder envolvendo tanto o executivo, quanto o legislativo e o judiciário.

Percebi, à frente da presidência da ANPOLL, que muitas discussões feitas por pesquisadores ao interno de um grupo de trabalho podem estar de alguma maneira ligadas à aprovação de uma emenda parlamentar; ou de envio de recursos para um fundo setorial do FNDCT que irá reconhecer a importância das humanidades. Aquilo que fazemos como prática de pesquisa contribui para a construção de políticas públicas, no entanto, sua valorização depende de interesses governamentais. O aporte de recursos para determinadas demandas de pesquisa transcorre em um sistema complexo que compreende regras de avaliação e tomadas de decisões que podem privilegiar uma área em detrimento de outra, além das próprias dinâmicas das agências de fomento, entre outras coisas. Muitas vezes ministérios que aparentemente não têm nada a ver com a área de LL, como o Ministério da Saúde (MS), acabam por deter um papel crucial sobre nossas práticas, interferindo diretamente no cotidiano do pesquisador, como por exemplo a Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024, que institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, ligando os pesquisadores de humanidades ao MS. Cito esse exemplo não de maneira despretensiosa, mas porque, nos últimos três anos, coordenei um grupo de trabalho do Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (FCHSSALLA) que se dedicou arduamente para a construção de diretrizes para as pesquisas em humanidades que afrontam muitas incoerências dessa lei. A lei encontra-se em processo de regulamentação e nosso desafio está em trazer o CNPq, a CAPES e seus respectivos ministérios para fazer com que a regulamentação da lei atenda as áreas de conhecimento. Por exemplo, como um antropólogo que estuda o narcotráfico pode pedir para que um traficante entrevistado assine um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme determina a Lei 14.874? Isso poderia resultar na própria sentença de morte do entrevistado em sua comunidade.

Adiante retomarei esse debate, por ora, digo para você e para os pesquisadores, sobretudo os mais jovens, que, na pesquisa, tudo se encontra interligado. Um Projeto-Lei de um deputado terraplanista, por exemplo, pode resultar no corte de recursos de sua pesquisa ou do laboratório/ programa onde você atua ou, ainda, de sua bolsa ou de sua contratação. É preciso estar muito

atento para esse fato, pois o pesquisador, ao se dedicar a seus estudos, que são fascinantes e sedutores, não deve deixar de lado o exercício da política científica, por meio das associações científicas de suas áreas, dos Congressos da SBPC, de participações nos debates das Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNTCI) e em outros eventos que reflitam sobre o sistema nacional de pesquisa e seu cotidiano de trabalho. Sempre optei por me posicionar e não tive dúvidas em dizer em alto e bom som que o “rei está nu”, quando as contradições afloram em ministérios e no parlamento. Minhas experiências tanto à frente da presidência da ANPOLL, quanto da coordenação do FCHSSALLA, sejam em governos de extrema direita ou de centro esquerda, me fizeram perceber que, quando a briga é por recursos, quase sempre parques, há pouquíssima solidariedade entre as áreas. Talvez isso seja um pouco frustrante, mas com o amadurecimento entendi que se trata de um jogo e que a área que não sabe jogá-lo ficará de fora do tabuleiro. Por isso, a política científica é tão essencial quanto o próprio fazer científico.

**ABP:** Quais são os marcos em seu itinerário pessoal e acadêmico que permitiriam observar uma particularidade das áreas de LL no campo da Política Científica brasileira?

**FGF:** Assim que assumi a presidência da ANPOLL, fui ao CNPq negociar a participação da área em editais para o atendimento de demandas específicas. Em 2018, vivenciamos a tragédia do Museu Nacional, um incêndio que destruiu, entre muitos outros patrimônios da humanidade, o importante acervo de gravações de línguas indígenas.

Pleiteávamos editais para pesquisas com línguas indígenas em extinção e para a preservação de acervos. No entanto, demandas como essas eram tratadas como se não fizessem parte da agenda científica. Além disso, ao circular no prédio, soube que a área se encontrava fora de editais importantes como o do BRICS, que não privilegiava questões ligadas à cultura e à internacionalização.

Há, no mundo acadêmico, uma equivocada ideia de que a ciência deve estar atrelada à geração de *commodities* ou à descoberta de um gene que trará a vida eterna ao ser humano. Uma proposta, cujo objetivo seja combater a praga da soja ou de automatizar fábricas que substituirão pessoas por máquinas, gerando renda, é alimentada por uma discursividade que chama atenção para o impacto direto de seus resultados econômicos, mesmo que não fique claro o efeito colateral deles para a sociedade, como desemprego e doenças causadas pela transgenia. Sob outro prisma, temas voltados para diferença de gênero, desigualdade social, identidade, educação, que estão muito presentes em pesquisas de nossas áreas, parecem ser irrelevantes do ponto de vista daqueles que esperam o retorno financeiro do dinheiro investido em ciência. A qualidade de vida e o desenvolvimento social passam também por pesquisas desenvolvidas nas LL, e pesquisas em Humanas estão na base de várias descobertas científicas com impacto e inovação, como por exemplo, o que seria da IA sem os conhecimentos em linguística? Infelizmente, em nossa sociedade ainda há uma visão limitada de que o cientista é aquela pessoa de jaleco trabalhando num laboratório. Uma campanha de divulgação sobre as particularidades de nosso fazer científico possibilitaria ao público compreender o que é ciência numa dimensão mais ampla, considerando outras práticas e formas de fazer.

Minha experiência à frente do comitê assessor de LL da Fundação Araucária, do Estado do Paraná, demonstrou que um pesquisador de LL primeiro deve justificar a importância do que faz, para depois ter um pequeno espaço de fala numa mesa de negociação. É o que acontece em maior escala com o FNDCT, por exemplo. Sempre me questionei por que não havia um Fundo Setorial para Desenvolvimento Humano, pois parece que sociedades, comunidades, temas como diversidade cultural, desigualdade, exclusão de gênero, acesso à educação, questões raciais, fluxos migratórios, combate à violência não são tratados como estratégicos. Vários expoentes da política científica sempre olharam com certo desdém para a ideia de um Fundo Setorial voltado para as pesquisas em humanidades. A última vez que mencionei isso foi numa reunião com a equipe de transição do governo Lula 3. Para eles, soava como despropositada a ideia de um Fundo Setorial para as humanidades, já que ia na contramão da história do FNDCT, o qual foi originado para atender setores estratégicos nacionais (limitados a recursos hídricos, energia, biotecnologia, transportes, agronegócio, entre outros). Mas é exatamente aí meu ponto de discussão: historicamente, a formação científica brasileira separou as ciências (fruto de um fazer empírico) das letras (ligada ao intelectual retórico) e perdeu, com isso, a oportunidade de compreender que tanto as investigações sobre as línguas, como sobre as linguagens e as literaturas constituem-se como saberes científicos que trazem impacto sobre os nossos modos de ser e existir numa sociedade. Fernando Azevedo, em *A Cultura Brasileira*, demonstrou didaticamente esse processo histórico e como seu desdobramento foi a construção de um imaginário nacional sobre a ciência. E, por isso, se hoje em dia, com as bolhas comunicacionais anti-ciência geradas pelas *big techs*, os cientistas das chamadas “ciências duras” têm de fazer muito esforço para explicar para a população qual a contribuição de sua pesquisa, tentem imaginar para um profissional da LL.

Por isso, é preciso valorizar bastante os esforços de disseminação científica: enfatizar suas particularidades, ressaltando a importância do linguista, do filólogo, do estudioso das línguas clássicas, do culturalista capaz de pensar o sistema literário e história da literatura, bem como refletir sobre as transformações da língua e de seu acesso, entre outros aspectos. A comunicação de pesquisas de ensino na área, de internacionalização, de novas tecnologias, de infância, de mulher, negros, indígenas e pessoas de orientação LGBTQIAPN+, por exemplo, requer debates e formações específicas, pois são temas que afrontam campanhas de desinformação.

**ABP:** Poderia relatar as dificuldades postas para atuação na Política Científica a partir de sua inserção como pesquisador no campo LL?

**FGF:** Gostaria de pontuar dois aspectos. O primeiro diz respeito à questão da Ética em pesquisa com seres humanos. Como já mencionei, em 2024 foi sancionada a Lei 14.874, que cria a Instância Nacional de Ética em Pesquisa, vinculada ao MS. Essa Lei representa um grande retrocesso para pesquisadores das humanidades, pois desconsidera a perspectiva pluralista de ciência e a diversidade teórico-metodológica das Ciências Humanas. Além disso, é incapaz de reconhecer a abordagem da ciência como inserção social, preconizando em seus preceitos um procedimento ético “universal” e “principalista”. Isso quer dizer: a Lei 14.874 ignora a relação pesquisador-participante como um processo contínuo, dialógico, reflexivo e não hierárquico.

Como vimos enfatizando, a complexidade do exame ético não se circunscreve à aprovação de um projeto, mas ela congrega etapas preliminares da pesquisa e da pós-pesquisa etapas preliminares da pesquisa quanto da pós-pesquisa. Um dos pontos nevrálgicos dessa Lei é que são desconsideradas formas diversificadas para comunicação do Consentimento Livre e Esclarecido, o qual em muitos casos vem sendo realizado por meio de consentimento oral e gestual do entrevistado ou de outras formas que se mostrem adequadas, conforme Res. CNS 510/2016, mas a Lei, em seu artigo 18, institui a obrigatoriedade do documento impresso. Em síntese, as pesquisas em humanidades foram completamente ignoradas e, para se ter uma ideia, 66% dos artigos encontram-se voltados exclusivamente para a área da saúde, com termos como “biobanco”, “biorrepositório”, “autoridade sanitária”, “Boas Práticas Clínicas (BCPs)”, “resultados clínicos”, entre outros. Como isso afeta a área LL? Imagine um sociolinguista ter de fazer pesquisa de campo e informar que ele é de uma universidade e deseja registrar o falar da pessoa, para ter o seu TCLE. A figura do pesquisador, vinculado a uma universidade, pode ser responsável pela mudança do estilo de fala do seu entrevistado que, provavelmente, buscaria empregar a variante que considera de maior prestígio em detrimento de seu vernáculo. Pesquisadores das poéticas orais, como é meu caso, recorrentemente enfrentam a desconfiança de seus entrevistados em assinar papéis que eles não entendem a razão. Como pedir que o entrevistado assine o TCLE fornecendo informações pessoais e números de documentos, se ele acha que pode estar se comprometendo ou até passando uma procuração para alguém que ele não conhece? Em muitos casos, o consentimento é oral e gravado, mas pela Lei, ele obrigatoriamente deverá ser por escrito.

Os pesquisadores do Grupo de Trabalho de Ética do FCHSSALLA alertam que, nesse cenário, pesquisadores/as da grande área de Ciências Humanas e Sociais com financiamentos aprovados, mas sem ter tramitado seus projetos no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), acabam perdendo recursos ou reconfiguram substancialmente a metodologia da proposta, abandonando a prática de entrevistas. No cotidiano da pesquisa, quando submetemos um projeto para um edital, não necessariamente esse projeto já transitou pelo CEP, como acontece na grande maioria dos casos. Mas você poderia objetar: por que não tramitar antes de submeter a proposta? E, nesse caso, a resposta é simples: porque quando submetemos um projeto não temos certeza de sua aprovação e uma vez aprovado pela agência de fomento, o tempo de trâmite no CEP levaria pelos menos 2 meses do tempo da pesquisa, isso se o trâmite for tranquilo. O trâmite no CEP pode se tornar bastante penoso, sendo que há artigos acadêmicos relatando processos de aprovação de pesquisa que levam quase metade do tempo de um curso de pós-graduação para serem aprovados. Um dos entraves recorrentemente colocados pelos pesquisadores sobre a demora do trâmite na Plataforma Brasil dá-se em razão de que as exigências extrapolam o âmbito da questão ética, às vezes o processo de avaliação é discricionário ou pende para análise metodológica, formatando o projeto num procedimento biomédico. Percebo também um certo engessamento na medida em que propostas levam um excessivo tempo em seu trâmite em decorrência dos *vínculos institucionais* de seus participantes ou de termos que o comitê não aceita. O corolário disso é que muitos pesquisadores começam a abandonar o interesse em projetos que envolvam entrevistas com seres humanos.

Um segundo ponto diz respeito à vinculação da área e da política pública com a qual estamos buscando financiamento. É muito comum pesquisadores da literatura terem projetos que dialoguem bastante com setores da cultura e isso faz com que muitas demandas da LL não

sejam consideradas pelas agências de fomento, vinculadas ao MCTI. Mas quando buscamos guarida em editais no Ministério da Cultura, acontece o inverso, eles não nos veem como produtores culturais ou artistas (o que de fato não somos) e fecham as portas para nossas proposições de pesquisadores. É claro que isso tem muito a ver com a ideia de que cultura e ciência não se misturam, ideia que temos de desconstruir.

## O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES E COMUNIDADES CIENTÍFICAS

**ABP:** Qual a importância das Associações e das Comunidades Científicas para o desenvolvimento da Área de Letras e Linguística no Brasil? Poderia mencionar, por favor, quais seriam os principais atores envolvidos atualmente na política científica de área?

**FGF:** Sem dúvida, as associações são importantíssimas não apenas pela visibilidade que trazem para as pesquisas, mas sobretudo pelo potencial de promoção de políticas científicas e de sua legitimidade para levar demandas da comunidade científica para o executivo e o legislativo. A promoção de políticas científicas implica no modo como o trabalho do pesquisador, em seus grupos e redes, desdobra-se em uma melhoria das condições de vida da sociedade e como, institucionalmente, o apoio ao fazer científico deve estar salvaguardado para que os resultados da pesquisa cheguem às pessoas. Não estou tratando aqui de conceitos como pesquisa básica ou aplicada, mas de um sistema de produção de conhecimento em que os pesquisadores sejam vistos como interdependentes e seus trabalhos não sejam tomados como um fim em si mesmo. Somente nesse campo de produção é que podemos pensar a política científica.

LL é uma área com muitas entidades e associações, o que por um lado demonstra a capilaridade política de diferentes campos do saber. No entanto, em contextos específicos, isso pode ser ruim se levar à pulverização de demandas em determinados cenários de negociação. É muito importante, para evitar a dispersão de pautas, que as associações científicas dialoguem e promovam campanhas conjuntas, de modo a se fortalecerem por meio do debate e votação das demandas entre seus associados. Isso depende de muita energia e dedicação, mas na academia as associações, felizmente, são espaços legitimados para a promoção da política científica.

Se levarmos em conta a história das associações em LL no Brasil, veremos que há um crescimento exponencial entre os anos 80 e 90. Algumas remontam à *década de 60*, como a ABRAPLIP (Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa), de 1966, e a ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística), de 1969, mas a maioria surgirá a partir dos anos 80. A ABPI (Associação Brasileira de Professores de Italiano) foi fundada em 1980; a ANPOLL em 1984; a SBEC (Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos) em 1985; a ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada) em 1986; a ALAB (Associação Brasileira de Linguística Aplicada) em 1990; a ABRAPT (Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução) em 1992, isso para citar algumas. Foram os anos que coincidiram com o fim da ditadura e, na ascensão democrática, suas criações tiveram como motivação a construção de uma representatividade política no novo cenário das formações de políticas públicas para a Ciência e Tecnologia que se configurava no país. A inserção das humanidades como área de conhecimento a ser financiada no CNPq se dá somente a partir do III Plano Básico

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que compreendia os anos de 1980 a 1985. Em 1985, foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia, ou seja, a ciência brasileira passava por um processo de reestruturação e a fundação de associações e sociedades científicas foi muito importante para as áreas e subáreas se fazerem ouvidas.

Em governos populistas de extrema direita, a ciência, cultura e educação são sempre atacadas. Em nosso passado recente, passamos por um processo de desmonte da ciência brasileira, com orçamentos exíguos e policiamento ideológico que, se não fossem as associações, o governo teria fundido agências e censurado muitos temas de pesquisa. É o que tem acontecido atualmente nos EUA, quando o governo Trump suspende por tempo indeterminado as avaliações de financiamento de pesquisa do NIH (Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos), o maior órgão de fomento biomédico do planeta e, também, remove de suas páginas programas de diversidade e de combate ao racismo estrutural. Em contextos como o de Bolsonaro e Trump, são fundamentais grupos de articulação coletiva dinâmicos e capazes de dar respostas aprofundadas para diferentes aspectos do fazer científico, ou sobre a importância de programas consolidados que estão sob risco de serem desmontados. É muito difícil para um presidente de associação ter de se posicionar diariamente sobre todos os aspectos da ciência. Porém, quando a discussão se torna colegiada, com vários outros presidentes se manifestando em um trabalho coletivo e há a possibilidade de se constituir GTs com especialistas de diferentes áreas, existe uma maior credibilidade e segurança para um presidente de associação tomar suas decisões e traçar estratégias de enfrentamento. Nesse sentido, não tenho dúvidas de que o FCHSSALLA desempenha papel fundamental, principalmente se levarmos em conta o período do apagão que tivemos na ciência e esse tipo de protagonismo é o que acredito ser de grande importância para a área de LL alavancar suas demandas.

**ABP:** Qual o papel da relação institucional das Associações Científicas de Letras e Linguística com as agências de fomento científico, tecnológico e inovador para o avanço da agenda de área?

**FGF:** A Capes e o CNPq, especialmente, se constituem como os principais parceiros para as demandas das associações de LL, mas nossa relação institucional se amplia para outras instâncias governamentais. Uma experiência que gostaria de mencionar, de quando respondia pela presidência da ANPoll, trata do decreto 9.938/19, o qual instituiu a Comissão Técnica do Patrimônio Nacional da Diversidade Linguística e não nomeava entidades ou especialistas da LL para a comissão. Houve um trabalho de articulação junto ao Ministério da Cidadania e ao parlamento, tentando sensibilizá-los sobre a importância da nossa participação no reconhecimento de outras línguas faladas no Brasil. No executivo, apesar de termos sido recebidos para uma audiência com o ministro à época, o resultado foi pífio. Porém, no Congresso encontramos apoios importantes, em que dois linguistas parlamentares (o senador Flávio Arns e a então deputada Margarida Salomão) se prontificaram a nos ajudar na intermediação. O resultado foi positivo e, atualmente, a comissão é composta por especialistas da área.

Foram feitos movimentos também na tentativa de aproximação com o Ministério da Cultura, em meio à gestão Temer, mas sem sucesso. Programas de incentivo à leitura, mapeamento de festivais, saraus, bienais são indicadores que interessam muito para as pesquisas em LL e estreitar os laços entre a academia e ministérios da educação e cultura, além de ciência e tecnologia, pode representar um ganho para ambas as partes.

Na política científica, a construção de redes de trabalho é um dos passos mais importantes e para estabelecer vínculos com os ministérios exige-se reunião e capacidade de negociar, ou seja, ouvir e ser ouvido. Ao buscar outros ministérios como interlocutores acumulei muitos “nãos” em minha trajetória à frente da ANPOLL e do FCHSSALLA. Costumo dizer que um “não” nunca é prejuízo porque ele já está dado e, às vezes, um saldo de demandas não atendidas pode ser positivo, se você souber dar continuidade à mobilização.

Para o processo de negociação, além de especialistas na área, é crucial ouvir técnicos de ministérios e agências de fomento, ou seja, pessoas que trabalham diariamente com a implementação de políticas científicas. Por isso, sempre fiz questão de convidá-los para os Encontros da ANPOLL e reuniões do FCHSSALLA que organizei, pois os entendo como fundamentais para pensar estratégias e ações a serem tomadas.

## O ENGAJAMENTO DAS NOVAS GERAÇÕES

**ABP:** Discorra, por favor, a respeito das principais conquistas das Associações de Área em Letras e Linguística?

**FGF:** Achei pertinente essa pergunta pois, quando fazemos política científica, desenvolvemos uma fixação muito grande pelo presente e, raramente, olhamos para o passado no sentido de avaliar as conquistas e os avanços. Eu gostaria de reuni-los em dois eixos: o da democratização e o da ética e avaliação.

Em todos os governos, as humanidades têm de justificar a que vieram. Por muitos anos participei da SBPC, tanto como suplente da área de Ciências Humanas na diretoria, como presidente da ANPOLL. O trabalho das áreas de agrárias, biológicas, da saúde e exatas é mais facilmente mensurável e há um discurso focado em números que justifica a necessidade de investimentos. Por exemplo, atendemos x pacientes com sintomas tais; desenvolvemos um procedimento que possibilitou triplicar o número de vacinas; a produção de soja quintuplicou e por aí vai... Em reuniões com ministros, sem dúvidas, os números acabam por justificar a necessidade de investimento na ciência. Por outro lado, uma tese em literatura traz inúmeros impactos que não são diretamente quantificáveis, mas que podem contribuir para o combate ao preconceito, às desigualdades, fortalecer os vínculos entre as pessoas pela alteridade e, também, vínculos sociais por meio da disseminação de valores democráticos. Traduza isso em números? É uma matemática complexa que escapa nosso fazer. Porém, se pensarmos os avanços sobre gênero e etnia que tivemos na sociedade (o reconhecimento do casamento homoafetivo se deu em 2011, a Lei de Cotas, em 2012, cirurgias para mudança de sexo são feitas pelo SUS desde 2013) questões como violência de gênero, racismo são temas recorrentes em teses e dissertações de nossa área, cujo impacto pode ser sentido na mudança de comportamento e de atitudes do Estado diante das minorias.

A reflexão que fizemos sobre o Pro-Humanidades, quando você respondia por uma coordenação no CNPq e eu por uma das coordenações do FCHSSALLA, conduziu o edital para tratar de temas como esses, eles ficaram evidentes em pelo menos duas linhas propostas no edital: Políticas Públicas para Inovação e para Desenvolvimento e Políticas Públicas para Cultura, consideradas estratégicas pela comunidade CHSSALLA .

Dessa maneira, pode-se dizer que há inúmeras conquistas e é preciso o distanciamento para percebê-las, pois seus resultados são sentidos a longo prazo. Aponto para um novo repesamento de recursos nas Humanas, pois desde 2022 não são lançados editais para as humanidades e, talvez, um novo desafio seja colocar o edital de humanas dentro do orçamento do CNPq. E ênfase em editais específicos, como o pró-humanidades, são necessários, pois tornam a distribuição de recursos entre as áreas menos discrepante.

A luta por uma sociedade mais democratizada se vence também com as associações, em seu trabalho para o aporte de recursos fundamentais para pesquisas que irão alimentar a formulação de políticas públicas de desenvolvimento social e cultural. Gostaria de enfatizar que todo debate de democratização da ciência passa pela liberdade de cátedra. Salvaguardada pela Constituição Federal (artigo 206, em seus incisos II e III), e pela LDB (artigo 3), a liberdade de cátedra é uma conquista da educação, com desdobramento para o fazer científico, sempre ameaçada por governos extremistas.

O segundo ponto que destaco é sobre a ética e a avaliação, pois isso passa pelo perfil de pesquisador que estamos formando e para a ciência que vamos produzir. Vou citar um exemplo, que não é de nossa área: em 2023, um químico na Espanha foi suspenso sem direito à remuneração por 13 anos por má conduta acadêmica. Nesse caso, o pesquisador publicou, somente no primeiro trimestre de 2023, 58 artigos, ou seja, um artigo a cada 37 horas! O fato merece uma reflexão: estamos nos tornando robôs? Até que ponto o que está sendo publicado tem passado pelo amadurecimento e pela revisão? Esse inchaço na produção científica atende a quê? Essas são perguntas necessárias, pois a academia parece viver a apoteose do pesquisador prolífico, graças a um modelo avaliativo produtivista que vem sendo gestado desde os anos 50. Existem várias deturpações quando a disseminação de resultados se encontra mais acelerada que o fazer científico, mesmo que estejamos lidando com métodos simplificados e tenhamos o auxílio da IA para a análise de um grande volume de dados. O ponto central é: se não são levantados dados novos, a repetibilidade inevitavelmente se colocará como um empecilho para o avanço de conhecimentos.

Em casos como o do cientista citado ocorre uma violação da integridade científica, pois sendo a ciência cumulativa e social, o pesquisador deve entender seu fazer como uma construção e um patrimônio coletivo. Em outras palavras, não se faz ciência para ir para lista dos mais citados, nem para melhorar as posições das instituições nos rankings, nem para ter um currículo em condições de vencer todos os editais e concursos. A ciência tem como finalidade o bem comum. E isso aponta para o trabalho em equipe e para o comprometimento com a disseminação dos dados de modo íntegro. Recentemente, a CAPES anunciou que não pautará mais a avaliação dos periódicos pelo Qualis e sim pelo índice H dos pesquisadores. Entendo que todo sistema é burlável e os pesquisadores encontrarão alguma forma de atingir um maior número de citações em seus trabalhos. A pedra angular que sustenta o sistema de avaliação é a ética e a integridade científica, as quais devem ser levadas para a base da formação acadêmica. Há décadas caminhamos em círculos com modelos de avaliação pautados na bibliometria.

Num país em que o debate sobre ética em pesquisa com seres humanos fica restrito à plataformização, fica difícil avançar em temas que realmente são importantes para o avanço da ciência. Então, quando o FCHSSALLA, em vez de seguir a mesma lógica avaliativa da ética instituída pela Conep, propõe um conjunto de diretrizes que devem pautar o debate na academia, para mim, isso se torna um grande avanço. Esse documento pode ser consultado pelo site do CGEE ([https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009772/CGEE\\_FCHSSALLA\\_diret\\_etica\\_pesq\\_integ\\_cient.pdf](https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009772/CGEE_FCHSSALLA_diret_etica_pesq_integ_cient.pdf)) e é altamente recomendável sua leitura, principalmente pelos pesquisadores que trabalham com seres humanos.

**ABP:** Após três décadas do início de sua trajetória profissional, seria possível apontar a singularidade e a pertinência do aporte de novos profissionais oriundos do campo LL para a Política Científica brasileira?

**FGF:** Sim. A área possui uma vocação nata para a internacionalização e tenho percebido na ANPOLL um debate muito original sobre esse tema, quando refletimos sobre as relações sul-sul e com o Oriente, motivada pelos Brics, além de comunidades indígenas transnacionais, cujos territórios encontram-se na floresta amazônica, com fronteiras em vários países. Acredito que esse debate levará à proposição de novos rumos para a ciência. Nossa singularidade é sem dúvida a linguagem e ela nos inspira à inter-multi-transdisciplinaridade, aí encontra-se um enorme potencial de avanço para a ciência no Brasil.

Permita-me citar um outro exemplo: ter um celular da marca x ou y reflete um *status* social, ou seja, o consumo de um produto corresponde ao consumo de um estilo de vida, um do modo de ser no mundo. A economia, sob esse prisma, é uma questão cultural, não se vende apenas um produto, mas o que ele representa, ou seja, está incluída aí uma identidade. Assim, se entendermos os mecanismos culturais que engendram essas escolhas, poderemos transformar uma nação de consumidora a líder de tendências. As pesquisas em LL têm como foco as relações culturais e elas são uma das chaves para a transformação de uma nação.

## O LEGADO DA ATUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS EM LITERATURA E LINGUÍSTICA

**ABP:** Em sua opinião, as Associações Científicas cumprem atualmente um papel social e político para o engajamento dos jovens no desenvolvimento da Literatura e Linguística? Quais seriam os avanços ainda necessários e as potencialidades a se materializarem com a participação das novas gerações na política científica de área?

**FGF:** Sobre a primeira parte da questão: sim, sem dúvida. Lévi-Strauss afirmava em *Tristes Trópicos* que o professor é uma pessoa que não quis crescer e escolheu ficar entre os jovens. Mesmo batendo à porta da terceira idade, meu trabalho me dá a oportunidade de conviver com o pensamento de jovens e, por conta disso, me sentir um pouco jovem também. Tenho notado, tanto nas salas da graduação como da pós-graduação, uma geração diferenciada de estudantes que chegam com um volume muito grande de informações. Saio muitas vezes impressionado com as ponderações e as sugestões de leituras que eles me trazem. São pessoas mais atentas a temas contemporâneos e mais esclarecidas sobre seus direitos e nisso reside a riqueza da academia, em tornar o aprendizado uma troca, tendo como norte o desafio de dar um foco analítico e propor um aprofundamento sobre determinados temas que podem ser importantes para a carreira profissional de seu estudante. As associações, ao promoverem encontros entre pesquisadores, grupos de trabalho, oportunizar a inserção em redes, fomentarem a disseminação acadêmica e o reconhecimento de profissionais por meio de premiações ou convites, detêm um papel importantíssimo no engajamento de novos profissionais. Apesar de a participação em uma associação ter um caráter mais conservador, no sentido de inserir o jovem pesquisador no rito acadêmico, ele vai compreendendo aos poucos que desenvolver um projeto é também um exercício de gestão e planejamento e que ele precisa, e deve, ter voz nesse debate.

No entanto, é preciso fazer uma ponderação: se, por um lado, a associação é a principal porta de acesso ao debate sobre políticas científicas, por outro, o jovem pesquisador tem espaços de reconhecimento, mas ainda noto haver pouco espaço de fala para ele. Ou seja, as entidades precisam criar espaços em que os pós-graduandos possam ter suas representações e serem consultados a respeito das tomadas de decisões. A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) tornou-se uma voz representativa e legítima na discussão de políticas científicas, tem feito um trabalho excelente, mas é uma entidade que traz um pouco da estrutura da UNE, isso é, eles falam como uma categoria, deixando um pouco de fora a demanda de uma área de conhecimento. Não tenho dúvidas de que se as entidades, que ainda não abriram, abrissem seus estatutos para acolher estudantes de pós-graduação, elas lidariam melhor com as diferenças geracionais e se tornariam mais representativas.

Na ANPOLL, a participação do pós-graduando é bastante limitada. Muitos Grupos de Trabalho são refratários à entrada de estudantes de pós-graduação sob o argumento de que as discussões ficam muito pulverizadas e, também, eles não possuem representações com direito a voto em assembleias, comissões e conselhos. Essa é uma situação que precisa ser repensada, pois a pós-graduação não é apenas de professores. Seria proveitoso incorporar a experiência de Lévi-Strauss e, ao conviver com os mais jovens, deixarmos um pouco de lado os ranços adquiridos com a idade.

**ABP:** Em sua avaliação, qual o principal legado para os pesquisadores e intelectuais no campo LL da atuação política das Associações de Área no fomento científico nacional?

**FGF:** Posso falar a partir da minha experiência na ANPOLL, que é a associação que participo há 30 anos. Não entendo o legado como algo dado, engessado, um produto acabado, um discurso para dizer “olha o que fizemos”. Entendo-o como uma chama viva e pulsante, alimentada por uma vontade coletiva de transformação e de construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Somente com base nesses princípios é que consigo compreender a importância de trabalhar e dedicar meu tempo para uma associação. Nesse sentido, seu legado é a resistência, condição necessária para a sobrevivência da área, principalmente em tempos como o que estamos vivendo.

**ABP:** Com o intuito de encerramento desta entrevista, gostaria de realizar alguma reflexão final a respeito de sua trajetória e da história da inserção das áreas LL na Política Científica do Brasil?

**FGF:** Chegou o momento da entrevista em que, como professor de literatura, devo recorrer aos poetas na tentativa de me salvarem. Me agarro a um aforismo de Carlos Drummond: “Só é lutador quem sabe lutar consigo mesmo”. Obrigado, Arquimedes, pelas perguntas!